

JT
26/8/88 Pg. 14
Class. 08

Ambiente

RONDÔNIA, AGORA UMA ESTUFA DE FUMAÇA TÓXICA.

Quatro milhões de toneladas de gases tóxicos foram liberados na atmosfera do Estado, nos últimos anos.

O Estado de Rondônia está mergulhado há 15 dias numa nuvem de fumaça que impede até a decolagem e pouso de jatos em determinados horários, torna perigoso o tráfego nas estradas e causa problemas respiratórios e irritação nos olhos. Esse quadro é causado pelos desmatamentos e queimadas indiscriminadas, principalmente ao longo da rodovia BR-364, que liga Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Estas queimadas já destruíram, nos últimos anos, cerca de 30% das florestas do Estado e foram responsáveis, só no ano passado, pela liberação na atmosfera de quatro milhões de toneladas de gases tóxicos.

Alguns fazendeiros e pequenos proprietários rurais de Rondônia garantem que este ano queimaram menos por causa da crise econômica que impediu novos investimentos. Mas para quem chega a Porto Velho, a impressão é contrária: tem-se a sensação de que a cidade transformou-se numa estufa, onde a poeira misturada com o calor e a fumaça infernizam a vida da população. Até a piscina dos hotéis centrais precisa de manutenção várias vezes ao dia para retirada de cinzas que caem trazidas pelo vento.

Um sobrevôo para fotografar as queimadas é algo impossível. A visibilidade horizontal ontem pela manhã chegava a 500 metros e o teto (visibilidade vertical), quando mais um voo da Vasp foi cancelado, era de 600 metros.

No aeroporto os passageiros estavam irritados porque o avião que vinha de Cuiabá precisou ser desviado para Manaus. A empresa foi obrigada a garantir hospedagem para todos em Manaus e em Porto Velho. Essa situação, para desespero das companhias aéreas, vem sendo uma rotina nos últimos anos nesta época de estiagem na região, que se estende de maio até o começo de outubro.

Um dos passageiros retidos em Porto Velho, Sérgio Arbex, funcionário do DNER, parecia menos transtornado com o impedimento do que com o quadro que assistiu ao longo dos 400 km que viajou de carro, de Ji-Paraná, no sul do Estado, até Porto Velho: "Fiquei horrorizado e com medo — disse ele —, pois em alguns trechos fomos obrigados a fechar as janelas do carro para fugir um pouco do calor do fogo e da fumaça". Em sua primeira viagem ao território, Sérgio acha que Rondônia, em pouco tempo, vai "virar um deserto".

O quadro é igual no trecho da BR-364 que liga Porto Velho à capital do Acre, Rio Branco, onde as queimadas são inúmeras. O fogo, estimulado por uma seca atípica na região, alastra-se de forma assustadora nas duas margens da rodovia e dificilmente pode ser contido. No km 34, Romeu Alves Cardoso, na segunda-feira, olhava desolado para os 50 hectares de seu lote, que foram totalmente queimados.

— O fogo começou no lote do vizinho — queixou-se —, mas foi passando para as outras glebas e está ardendo até hoje. Nós ainda tentamos apagá-lo, mas não deu certo. Em 30 minutos, uma área de oito hectares já estava toda queimada. O pior é que ninguém será responsabilizado por isso.

Os incêndios em Rondônia atingem proporções gigantescas e são captados pelo satélite Landsat, que envia as informações ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e ao IBDF. As informações chegam ao escritório do instituto em Rondônia, mas a fiscalização ainda é precária. Nos últimos dias, por exemplo, detectou-se uma queimada de 900 hectares em Colorado do Oeste, no sul do Estado. Agora, funcionários do Instituto Estadual de Floresta — IEF —, que atualmente trabalham em convênio com o IBDF, estão levantando o nome do proprietário e partiram para inspecionar a área.

— Este ano — afirma o diretor de Desenvolvimento Florestal do IEF, Heráldo Matricardi — intensificamos a fiscalização e, através de uma campanha educativa, estamos procurando motivar os fazendeiros sobre a questão das queimadas. Na cidade de Cacoal, foram aplicadas multas que chegam até agora a Cz\$ 6 milhões.

O diretor do IEF está otimista quanto ao resultado da campanha a médio prazo, mas reconhece que a utilização da queimada na Amazônia Legal é algo impossível de ser eliminado enquanto não houver uma agricultura mecanizada, ainda inacessível para a maioria dos agricultores da região. "O quadro ocorre por desinformação, mas também por falta de opção tecnológica", justifica. "Aí, come-



O fogo domina a paisagem em Rondônia. E este tem sido um ano de poucas queimadas.

A Amazônia em chamas

Série especial (2)

Nesta página: o efeito das queimadas em Rondônia. Na página seguinte: o relato dos aviadores.

cam o drama e o preço do chamado progresso, pois a abertura das novas fronteiras agrícolas com o desmatamento e fogo acaba degradando o meio ambiente." Com 26 unidades instaladas no Estado e em conjunto com o IBDF, o instituto lançou uma cartilha mostrando como utilizar o fogo e também está convocando os agricultores para mostrar que as suas áreas já estão sendo monitoradas pelo satélite.

Utopia

Mas para a maior parte dos fazendeiros, acabar com o fogo, por enquanto, "é utopia". O próprio presidente da Federação de Agricultura de Rondônia, Vicente Moura, que tem 395 hectares em fazendas na cidade de Ariquemes e perto de Porto Velho, afirma que "o dinheiro da campanha será queimado".

— Ainda este mês — garante — vou tocar fogo nos 255 hectares que tenho próximos de Porto Velho, porque o fogo ainda é um mal necessário aqui. Vou "incendiar" Porto Velho — ele diz. O presidente da Federação culpa o Incra pela situação atual, afirmando que o instituto, na década de 70, só concedia licença de ocupação para os colonos que "limpassem" seus lotes e ocupar significava cortar as árvores e queimar a mata para depois plantar.

— De lá para cá, a situação não mudou — diz o fazendeiro. — Este ano, o pique da queimada está sendo agora, mas estão sendo queimadas áreas mais antigas e os desmatamentos foram menores do que nos anos anteriores. Quase ninguém está com dinheiro para investir em novas frentes. Os incêndios estão ocorrendo nas pastagens e nas capoeiras — áreas desmatadas, mas sem utilização, que têm uma vegetação mais densa — facilitando o alastramento do fogo.

Na região de Ariquemes, as queimadas do ano passado chegaram a atingir fazendas inteiras de cacau e de café. A propagação do fogo nessas áreas é incontornável, porque o solo, em geral, está coberto por uma camada de mais de 20 cm de folhas em decomposição.

Este ano, as queimadas no sul do Estado chegaram a tal ponto que um agricultor morreu queimado: ele foi cercado pelo fogo no município de Santa Luzia, distante 600 km de Porto Velho, vítima do fogo que ele acabara de lançar no capim. Valdecir Bezerra Dantas, paranaense, acabou morrendo dois dias depois no Hospital de Base de Porto Velho, com queimaduras de primeiro e segundo graus.

Para o presidente da federação da Agricultura, casos desse tipo só deixarão de ocorrer quando o governo fornecer incentivos para projetos de reforestamento e plantação de culturas permanentes. "Sem dinheiro e com a falta de mão-de-obra, milhares de agricultores estão trocando a área pelo garimpo, a única alternativa é continuar preparando o solo através do fogo, apesar de todos os danos que causa ao meio-ambiente."

O fazendeiro e dono da empresa de táxi-aéreo Rui Freire, com 20 anos de Rondônia, também não vê outro caminho imediato para a agricultura e pecuária na Amazônia, a não ser o fogo. "Não estamos em condições de deixar a Amazônia como pulmão do mundo", defende. "Temos muita terra aqui, igapós que não podem ser aproveitados, pois ficam inundados a maior parte do ano. O resto da área aproveitável, na minha opinião, deve ser cultivada e, por enquanto, a queimada é a única saída."

O delegado do IBDF, Luiz Catinhedo, garante que apesar da fumaça — que impediu que o governador Jerônimo Santana embarcasse anteriormente à noite para Brasília —, este ano está se queimando menos em Rondônia: "As queimadas estão ocorrendo mais nas áreas dos médios e grandes fazendeiros, porque o pequeno, com a crise econômica e a falta de incentivos para agricultura, está preferindo jogar o dinheiro na poupança".

Ainda não existem números sobre o efeito devastador das queimadas este ano, mas a expectativa é de que a situação não será melhor do que a registrada no ano passado pelo satélite NOAA-9: no dia 27 de agosto, o satélite mostrou 8.600 focos de incêndio nos Estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, que atingiram uma área de oito mil km quadrados de florestas, ficando registrado como a maior queimada da região amazônica. Através do mesmo satélite, ficou constatado que de 15 de julho a 02 de outubro do ano passado, 20 milhões de hectares na Amazônia legal foram atingidos pelo fogo.

Eliana Lucena



Porto Velho: passageiros presos no aeroporto pela pouca visibilidade.

Projeto Machadinho: o fracasso da terra prometida.

As multidões que chegaram ao estado de Rondônia em busca da terra prometida, notadamente a partir de 1977, acabaram conhecendo uma realidade bem diferente do mito. Em sua grande maioria provenientes do Sul-Sudeste, os agricultores que resolveram tentar a sorte nos projetos de colonização depararam com um ambiente hostil, cheio de pragas e doenças, com acesso precário e clima totalmente diverso do qual estavam acostumados. Na tentativa de traçar um perfil desses migrantes, uma equipe da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou uma pesquisa no Projeto Machadinho, localizado entre os municípios de Ariquemes e Jaru, a 400 km de Porto Velho.

O Projeto Machadinho é tido como uma alternativa mais elaborada em relação aos primeiros projetos de colonização, dispostos ao longo de estradas, em forma de "espinha de peixe". Alguns dos erros mais graves dos primeiros projetos deveriam ser corrigidos no Machadinho, como a falta de infraestrutura básica, escolas, hospitais, núcleos urbanos etc. Foram feitos investimentos neste sentido, mas os resultados ainda estão longe dos esperados.

De acordo com a pesquisa, coordenada pelo ecólogo Evaristo Eduardo de Miranda, o projeto foi sub-ocupado: das 3 mil famílias que deveriam estar instaladas, existiam apenas 970. Em quase um terço dos casos, os colonos declararam ser o segundo ocupante do lote. Com uma média de idade de 39 anos, cerca de 70% dos colonos vinha do Sul-Sudeste e quase nenhum da própria Amazônia. Um pouco mais de 90% dos agricultores havia contraído alguma doença endêmica (como a malária) e perdido uma média de 55 dias/ano de trabalho na lavoura

(um número alto para quem depende de mão-de-obra familiar e faz agricultura de subsistência). Apesar de estar prevista a venda de madeira dos desmatamentos legais, como forma de capitalização dos recém-chegados, 87% dos colonos declararam não ter vendido ou usado a madeira das derrubadas. E, pior, 74% afirmaram tê-la queimado, na medida do possível.

Também quanto ao tipo de plantio, as metas não foram alcançadas. Estava previsto o cultivo de plantas adaptadas à região, de alto valor no mercado e fáceis de estocar, como a pimenta-do-reino, o guaraná, seringueiras e cacau. Um objetivo elogiável para viabilizar a agricultura em área tão isolada e de condições climáticas tão particulares. Só que os colonos do Sul-Sudeste sabem mesmo é plantar milho, mandioca, café, arroz e feijão. A pesquisa detectou apenas um plantador de pimenta, nenhum de guaraná e seringueiras e pés de cacau em apenas 20% dos lotes, em áreas muito úmidas. A preocupação com o beneficiamento ou estocagem ficou igualmente no papel: só 2% dos lotes têm um terreiro de secar grãos, apesar de 50% deles plantarem café, quase todos plantarem grãos e todos estarem numa região extremamente úmida.

Essa radiografia de um dos melhores projetos de uma idéia do que podem conter os outros, bem mais desordenados. Como diz Miranda, em seu relatório de pesquisa, "a estratégia de redução dos conflitos de terra, com base na distante fronteira, é de eficácia duvidosa a médio prazo". Não basta levar a população marginalizada para longe, nem é suficiente o simples acesso à posse da terra para assegurar a viabilidade econômica e social dos agricultores.

Liana John

Tosse, alergia, irritação: o dia-a-dia em Porto Velho.

O motorista de táxi Raimundo Rodrigues em certos dias não consegue trabalhar até a noite: os olhos ficam irritados com a poeira e a fumaça, e ele acaba voltando para casa mais cedo. Seus dois filhos, até o final da tarde, não saem de casa, pois dessa forma, ele acredita, eles respiram menos o ar carregado que provoca tosse, alergia e irritação nos olhos.

Maria Teresa Ferreira, funcionária pública, há dois meses morando em Porto Velho, também sofre com a fumaça. Desde que chegou, tem os olhos irritados e com frequência um terço na pálpebra. O médico consultado já disse que é alergia à fumaça. As queixas em toda cidade são muitas, por causa do desconforto causado pela poluição do ar, além do calor que sempre ocorre na cidade — nesta época, a temperatura chega a 40 graus e fica mais insuportável em função do alto índice de umidade relativa do ar. A população nos últimos anos passou a conviver com a fumaça e as consultas aumentaram aos hospitais e consultórios médicos e também a venda de colírio e pastilhas para garganta nas farmácias.

As pessoas também se queixam de dor de cabeça e da sensação constante de se estar em torno de uma grande fogueira, principalmente pela manhã, quando a fumaça fica mais densa. Uma parte mínima da população — hoje em torno de 240 mil pessoas, engrossadas a cada mês por 10 mil migrantes — tem acesso ao único paliativo para a situação: janelas fechadas e o bom ar-refrigerado.

Vôos Impedidos

Nesta época do ano, na região mais atingida pela fumaça na Amazônia — norte do Mato Grosso, Rondônia, e sul do Pará — só voam com alguma segurança os pilotos que conhecem "até as castanheiras da região". As castanheiras estão entre as árvores da Amazônia que são mais altas e muitas vezes são preservadas nos desmatamentos. Essa afirmação é de um dos pilotos mais antigos de Rondônia, Rui Freire, que hoje é dono de uma empresa de táxi-aéreo.

A não ser quando a fumaça envolve drasticamente toda a região, os pilotos continuam voando na fumaça, seguindo as estradas e os leitos dos rios e voando precariamente em baixas altitudes. Muitos não encontram o local programado e retornam. As empresas perdem dinheiro e os pilotos trabalham tensos. A visibilidade é tão pouca que Rui Freire, procurado na segunda-feira pelos repórteres do Estado e Jornal da Tarde para um sobrevôo nas áreas mais atingidas pelas queimadas, preferiu ser sincero: "De avião, vocês não vão ver nada. É melhor irmos por terra". E o piloto em sua caminhonete partiu pela BR-364 com os jornalistas. Coisas de Rondônia.

No aeroclube de Porto Velho, os pilotos olham para o tempo e acham que a situação vai ficar ainda mais crítica até o início das chuvas. Adão José da Cruz, que voa há dez anos na região, resume a opinião dos pilotos que são obrigados a voar nessas condições: "Voar na fumaça é pior do que enfrentar a época das chuvas".

Ele explica que o mau tempo na Amazônia é um tempo contornável. A tempestade passa, o piloto evita as nuvens mais carregadas e, em geral, tem visibilidade. Com a fumaça, ele perde todas as suas referências. O comandante Custódio, chefe de operações aéreas da Funai, conta que a situação vai ficando mais perigosa com a aproximação do período chuvoso: "O piloto sem radar, como costuma acontecer na Amazônia, entra na fumaça e não percebe que tem pela frente um CB — cúmulos limbos, que são nuvens concentradas, com fortes correntes de ar e até pontos congelados — e acaba passando por momentos de pânico, isso quando seu avião não é desintegrado".

Adão, piloto da Tama Táxi Aéreo, conta que é tão precário voar na fumaça que em áreas como Ji-Paraná, no Sul do Estado, onde o apoio terrestre é quase nulo, os pilotos que chegam para aterrissar ficam voando em torno da cidade, controlando um pouco, falando entre si via rádio.

"Um dia desses — ele disse — cinco pilotos tentavam descer na cidade desta forma. A visibilidade era mínima."

Rui Freire afirma que um piloto para voar nessas condições precisa ter, no mínimo, de dez a 15 mil horas de voo. Ele conta que a fumaça tem aumentado principalmente nos últimos três anos.

No caso da Funai, a fumaça prejudica não apenas os pilotos, que não encontram as áreas indígenas, mas também sertanistas: Sidney Possuelo, coordenador das Frentes de Atracção do órgão, conta que numa das expedições que fez à área dos índios Arara, no Sul do Pará, ficou na mata durante várias semanas. Em determinado ponto da expedição, comunicou via rádio para a Funai que faria um sinal de fumaça para que a expedição fosse localizada. Foram dias de espera, com o avião passando por cima sem receber o sinal: ele se confundia com a fumaça das queimadas invalidando uma das alternativas mais antigas para a localização de pessoas na mata.